

ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE

TRIÉNIO 2011-2014

26 Maio 2011

spn
INFORMAÇÃO

Lista A
um SPN presente – sentir o sindicato nas escolas

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL 3
MEMBROS DA DIRECÇÃO, previstos na alínea a) do n.º 2 do Art. 41º dos Estatutos do SPN 4
CONSELHO FISCAL E DE JURIDIÇÃO 7
DIRECÇÃO DISTRITAL DE AVEIRO 8
DIRECÇÃO DISTRITAL DE BRAGA 9
DIRECÇÃO DISTRITAL DE BRAGANÇA 11
DIRECÇÃO DISTRITAL DO PORTO 12
DIRECÇÃO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO 14
DIRECÇÃO DISTRITAL DE VILA REAL 15
PROGRAMA 16
MESAS DE VOTO 24

Este suplemento é parte integrante da revista «SPN-Informação» nº 46 de 2011, II Série.

Nota do Editor: *De acordo com o regulamento eleitoral do Sindicato dos Professores do Norte, os programas das listas candidatas às eleições para os Corpos Gerentes devem ser divulgados no órgão de informação oficial do Sindicato – é este o sentido deste suplemento, cujos conteúdos são da exclusiva responsabilidade das respectivas listas (A e S). Os materiais recebidos, fornecidos por cada uma das listas, foram editados e paginados em condições de igualdade e neutralidade.*

A «SPN-Informação» autoriza as duas listas a utilizarem o layout desta separata.

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL



Mário David Ferreirinha Soares
Sóc. 13 - 59 anos
Escola Secundária dos Carvalhos
Secundário - Porto



Carla Adriana Piedade Moreira Santos Pinto
Sóc. 23130 - 45 anos
Escola Sec. de Esmoriz
3º CEB/SEC - Aveiro



José Fernandes Matos
Sóc. 5523 - 61 anos
Aposentado
2º CEB - Braga



Manuel Augusto Fortes
Sóc. 8632 - 54 anos
Escola EB1/2/3 Augusto Moreno
2º CEB - Bragança



Mário Eduardo Sousa Carvalho
Sóc. 25 - 68 anos
Aposentado
SUP - Porto



Maria Armanda Silva Santos
Sóc. 1322 - 70 anos
Aposentada
1º CEB - Viana do Castelo



Celeste Maria Silva Baltazar
Sóc. 14875 - 39 anos
Agrup. Escolas de Alijó
2º CEB - Vila Real



Laurinda Arminda Duarte Seixas
Sóc. 7030 - 62anos
Aposentada
2º CEB – Aveiro



Ana Bela Rodrigues Piedade Lemos
Sóc. 654 - 59 anos
Aposentada
1º CEB - Santo Tirso



Maria da Conceição Rodrigues Pinto
Sóc. 644 - 57 anos
Academia de Música de S. João da Madeira
Ensino Artístico - Aveiro



Alexandra Denise Barrento Morais
Sóc. 38430 - 40 anos
EB 2/3 de Lourosa
3º CEB/SEC – Aveiro

MEMBROS DA DIRECÇÃO, previstos na alínea a) do n.º 2 do art. 41º dos Estatutos do SPN

Suplente ■ Efectivo ■



Sónia Carla dos Santos Madeira Duarte
Sóc. 2548 - 38 anos
Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves – Valadares
3º CEB/SEC – V.N. Gaia



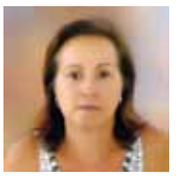
Manuel Vicente de Sousa Lima Loff
Sóc. 40597 - 46 anos
FLUP
SUP - Porto



Adriano José Barroso de Araújo Costa
Sóc. 626 - 62 anos
Ag. de Escolas Sophia de Mello Breyner
2º CEB – V.N.Gaia



Alzira Maria Alves Ribeiro Lopes
Sóc. 21512 - 45 anos
Centro Social de Soutelo
PRÉ-ESC - Gondomar



Ambrosina Oliveira Coelho Azevedo
Sóc. 19298 - 52 anos
Agrupamento de Escolas de Lourosa - Educação Especial - S.M. Feira



Ana Cristina Mineiro Correia
Sóc. 41509 - 44 anos
EB1/JI de Carvalhos
1º CEB – V.N.Gaia



Ana Maria Ilhão Moreira de Carvalho
Sóc. 10192 - 58 anos
Ag. de Escolas Júlio Brandão
3º CEB/SEC – V.N.Famalicão



Ana Marília Marques Peneque
Sóc. 19114 - 46 anos
ES/3 Júlio Dinis
3º CEB/SEC - Ovar



António José Lima Reis
Sóc. 10585 - 54 anos
Ag. Escolas Rodrigues de Freitas
3º CEB/SEC - Porto



Armindo Miguel Pinheiro de Moura
Sóc. 5705 - 60 anos
EB 2/3 Carteado Mena
3º CEB/SEC - Viana do Castelo



Belmiro António de Oliveira Carvalho
Sóc. 23456 - 42 anos
EB 2/3 de Maceda
2ºCEB - Ovar

Carlos Alberto Correia de Pinho
Sóc. 609 - 57 anos
Aposentado
2ºCEB - Arouca



Carlos Manuel Guimarães Fernandes Gomes
Sóc. 34195 - 40 anos
ES/3 Vizela
3º CEB/SEC - Vizela



Célia Maria Martins Araújo Soares
Sóc. 28916 - 45 anos
EBI de Mota
2º CEB – Celorico de Basto



Edite da Glória Cardoso Silva
Sóc. 4273 - 54 anos
EB1/JI do Monte – Gulpilhares
1º CEB – V.N.Gaia



Edna Maria Amorim Pinto Abreu Fernandes
Sóc. 1038 - 60 anos
EB1 Carandá
1ºCEB - Braga



Eduardo Manuel Cardoso Ricardo
Sóc. 3642 51 anos
EB1 João de Deus
1º CEB - Porto



Fausto Manuel Silva Neves
Sóc. 22836 - 54 anos
Universidade de Aveiro
SUP - Aveiro



Hélder Jorge Maia Silva Moreira
Sóc. 28432 - 39 anos
Escola Superior de Música Artes e Espectáculo
SUP - Porto



Isabel Maria dos Santos Silva Ramalhete
Sóc. 6141 - 58 anos
EB 2/3 Augusto Gil
2ºCEB - Porto

Isabel Salvador dos Santos
Sóc. 6738 - 56 anos
ES/3 João Gonçalves Zarco
3º CEB/SEC - Matosinhos



Isabel de Oliveira Timóteo
Sóc. 34774 - 36 anos
ESE Porto
SUP - Porto



Joaquim António Salgado de Almeida
Sóc. 5517 - 59 anos
Aposentado
2º CEB - Guimarães



Joaquim de Oliveira Pinto
Sóc. 19994 - 51 anos
EB 2/3 de Escariz
3º CEB/SEC - Arouca

Efectivo Suplente

MEMBROS DA DIRECÇÃO, previstos na alínea a) do n.º 2 do art. 41º dos Estatutos do SPN



Luís Manuel Ferreira Dinis
Sóc. 3577 - 59 anos
Aposentado
1º CEB - Porto



Luísa Lopes Teixeira Nogueira
Sóc. 31671 - 41anos
ES/3 Amares
3º CEB/SEC - Amares



Margarida Maria Pereira dos Santos Louro Felgueiras
Sóc. 4927 - 60 anos
FPCEUP
SUP - Porto



Maria Albertina Vaz Barbeitos
Sóc. 42380 - 46 anos
ES/3 Ponte de Lima
3º CEB/SEC – Ponte de Lima



Mariana Antónia Fernandes de Barros
Sóc. 22627 - 55 anos
ES/3 Rodrigues de Freitas
3º CEB/SEC – Porto



Maria da Conceição Madureira Mendes
Sóc. 40955 - 47 anos
ES/3 Lixa
3º CEB/SEC – Felgueiras



Maria da Conceição Miranda da Silva Ramos
Sóc. 127 - 53 anos
EB1/JI Barranha
PRÉ-ESC - Matosinhos



Maria Elisabete Gomes Correia de Pinho
Sóc. 19020 - 52 anos
ES/3 S.M. Feira
3º CEB/SEC – S.M. Feira



Maria Elisabete da Rocha e Silva
Sóc. 36055 - 36 anos
ES/3 Felgueiras
3º CEB/SEC – Felgueiras



Maria de Fátima de Sousa Barbosa Ferreira
Sóc. 33463 - 34 anos
EB1 S. Caetano 2
1º CEB - Gondomar

Maria Fernanda Teixeira Castro
Sóc. 5531 - 56 anos
Aposentada
1º CEB - Guimarães



Maria Graciete Ribeiro Martins
Sóc. 22258 - 45 anos
ES/3 Caldas de Vizela
3º CEB/SEC – Vizela



Maria Helena Soares de Freitas
Sóc. 1119 - 55 anos
Agrup. Esc. Maia
2º CEB - Maia



Maria da Luz Sepúlveda Rangel Machado Durães
Sóc. 4196 - 54 anos
Aposentada
1º CEB - Gondomar



Maria Manuela Azevedo Silveira Rodrigues
Sóc. 945 - 62 anos
Aposentada
3º CEB/SEC - Porto



Maria Ruth Branco Rodrigues
Sóc. 111 - 68 anos
Aposentada
3º CEB/SEC - Póvoa de Varzim



Maria Teresa Vieira Pinto Gonçalves
Sóc. 6432 - 54 anos
Aposentada
1º CEB - Porto

Orlando Avelino Nogueira Cunha
Sóc. 3021 - 56 anos
EB 2/3 Dr. Leonardo Coimbra – Lixa
2º CEB - Felgueiras



Paula Maria Freitas e Sousa Rodrigues
Sóc. 13995 - 47 anos
EB 2/3 Manuel de Oliveira
2º CEB - Porto



Paulo Martins Pedro
Sóc. 23493 - 46 anos
Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida
3º CEB/SEC - Espinho



Sandra Oliveira Cardoso
Sóc. 24205 - 39 anos
EB 2/3 Marco de Canaveses
3º CEB/SEC - Marco de Canaveses

MEMBROS DA DIRECÇÃO, previstos na alínea a) do n.º 2 do art. 41º dos Estatutos do SPN

Suplente ■ Efectivo ■



Aida de Jesus Rodrigues Correia
Sóc. 25161 - 39 anos
ES/3 Ermesinde
3º CEB/SEC - Valongo



Ana Maria Pereira da Mota
Sóc. 3655 - 52 anos
EB1/JI do Parque – S. João da Madeira
1º CEB - S. João da Madeira



Carla Marisa Costa Figueiredo
Sóc. 27621 - 36 anos
EB1 de Carquejido
1º CEB – S. João da Madeira



Duarte Gil Fernandes de Castro Lopes
Sóc. 31411 - 38 anos
Ag. de Escolas de Sande
3º CEB/SEC - Marco de Canaveses



Eugénio Gomes
Sóc. 35056 - 56 anos
Colégio de Santa Maria de Lamas
2º CEB – S.M. Feira



Fernando Nuno Queirós Gonçalves
Sóc. 32937 - 48 anos
ES/3 Camilo Castelo Branco
3º CEB/SEC – V. N. Famalicão



Gastão da Rocha Pinto Pereira
Sóc. 21971 - 59 anos
EB 2/3 de Canedo
3º CEB/SEC – S.M. Feira



Maria Anabela Rego Figueira Sá Pacheco
Sóc. 10489 - 58 anos
Aposentada
PRÉ-ESC - Espinho



Maria Inês Silva Neto
Sóc. 15290 - 51 anos
Secundária de Tomaz Pelayo
3º CEB/SEC – Santo Tirso



Maria Rosa Moreira Oliveira
Sóc. 2161 - 50 anos
ES/3 Ermesinde
3º CEB/SEC - Valongo



Maria Sofia Machado Horta
Sóc. 1056 - 70 anos
Aposentada
1º CEB - Guimarães



Miguel Jorge de Sousa Bártolo
Sóc. 39931 - 33 anos
ES/3 Gondomar
3º CEB/SEC - Gondomar



Nélia Rute Quintela Cabral
Sóc. 32663 - 32 anos
ES/3 Amarante
3º CEB/SEC - Amarante



Nelma Resende Araújo Moreira
Sóc. 8239 - 49 anos
FCUP
SUP - Porto

Paulo Hernâni Teles e Silva
Sóc. 11601 - 49 anos
EB 2/3 de Gueifães
3º CEB/SEC – Maia



Renato Manuel de Araújo Goulart
Sóc. 8349 - 49 anos
EB 2/3 Olival
2º CEB – V.N.Gaia



Secundino Vigón Artos
Sóc. 41360 - 36 anos
Universidade do Minho
SUP - Braga



Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa
Sóc. 33264 - 30 anos
ES/3 Oliveira do Douro
3º CEB/SEC – V.N.Gaia



Teresa de Jesus Ferreira das Neves
Sóc. 6743 - 62 anos
Aposentada
2º CEB - Trofa



Vítor Hugo Peres Teixeira Coutinho
Sóc. 33850 - 32 anos
Escola Artística Soares dos Reis
3º CEB/SEC - Porto

Efectivo Suplente

CONSELHO FISCAL E DE JURISDIÇÃO



Helena Maria Araújo Goulart
Sóc. 15557 - 48 anos
Agrup. Esc. Olival
2º CEB - V. N. Gaia



Rui Pedro Quaresma Pereira Azevedo Brandão
Sóc. 40299 - 40 anos
Agrup. Esc. Escariz
1º CEB - Arouca



Maria Alcina Noronha Costa Fernandes
Sóc. 29487 - 58 anos
Instituto Superior de Entre Douro e Vouga
SUP - S.M. Feira



Maria Leonor Pereira Oliveira Castro
Sóc. 34348 - 33 anos
ES/3 Santos Simões
3º CEB/SEC - Guimarães



Maria Celeste Ferreira Santos
Sóc. 3822 - 63 anos
Aposentada
2º CEB – S.M. Feira



Maria Alice Silva Vieira
Sóc. 23782 - 52 anos
ATL "Gente Miúda"
PART - S. João da Madeira



Egídio Eduardo Esperança Xavier Guimarães
Sóc. 13426 - 64 anos
Agrup. Esc. Vizela
2º CEB - Vizela



José Dinis Moreira Campos Pinto
Sóc.16079 - 59 anos
Agrup. Esc. Domingos Capela
3º CEB/SEC - Espinho

Maria Fernanda Costa Guedes
Sóc. 2099 - 52 anos
ES/3 Ermesinde
3º CEB/SEC - Ermesinde

Jorge Armando Oliveira Queirós Amado
Sóc. 26963 - 53 anos
Agrup. Esc. Francisco Sanches
3º CEB/SEC - Braga

DIRECÇÃO DISTRITAL DE AVEIRO

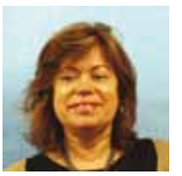
Suplente Efectivo Direcção



Francisco Manuel da Cunha Gonçalves
Sóc. 24354 - 40 anos
EB 2,3 de Arouca
2º CEB - Arouca



Maria Manuela Antunes da Silva
Sóc. 613 - 63 anos
Aposentada
2º CEB - S.M. Feira



Maria de Fátima Neves Guimarães
Sóc. 4230 - 59 anos
EB 2,3 S. João da Madeira
2º CEB - S. João da Madeira



Maria Ondina Pereira Soares Maia
Sóc. 7930 - 52 anos
Agrup. Esc. Paços de Brandão
Educação Especial - S.M. Feira



Ricardo Alexandre Carvalho Lança dos Santos Mariano
Sóc. 30131 - 41 anos
ES/3 José Macedo Fragateiro
Secundário – Ovar



Berta Ângela de Sá Hernando
Sóc. 1462 - 56 anos
ES/3 Esmoriz
Secundário – Ovar



Paulo Jorge dos Santos Madeira Duarte
Sóc. 29842 - 50 anos
ES/3 Serafim Leite
Secundário - S. João da Madeira



Antero de Oliveira Resende
Sóc. 7077 - 50 anos
EB2,3 de Arrifana
2º CEB - S.M. Feira



Rute Maria Machado Pinho
Sóc. 35903 - 36 anos
Agrup. Esc. S. João da Madeira
1º CEB - S. João da Madeira



Manuel Luís de Lima e Silva
Sóc. 6166 - 54 anos
ES/3 S. Mª da Feira
Secundário - S.M. Feira



Rita Susana Bastos de Oliveira Mendes
Sóc. 32700 - 31 anos
EB1 de Fundo de Vila
1º CEB - S. João da Madeira



Daniel António Correia Mendes Rocha
Sóc. 40552 - 36 anos
EB 2,3 Lourosa
3º CEB/SEC - S.M. Feira



Maria do Rosário Simões Carvalho Gonçalves
Sóc. 10007 - 51 anos
JI Areias
PRÉ-ESC - Vale de Cambra



Maria Arminda França Lemos Marques
Sóc. 22372 - 47 anos
EB1/JI de Estrada, Maceda
PRÉ-ESC - Ovar



Manuel José Tavares Soares
Sóc. 34753 - 42 anos
ES/3 Oliveira Júnior
3º CEB/SEC - S. João da Madeira



Celso Moreira Oliveira
Sóc. 2116 - 58 anos
ES/3 Dr. José Macedo Fragateiro
3º CEB/SEC - Ovar



António José Rodrigues Barbosa
Sóc. 12195 - 53 anos
EB 2,3 Domingos Capela
2º CEB - Espinho



Fernanda Maria Couto Ferreira Capela
Sóc. 18262 - 47 anos
EB1 São Domingos, Argoncilhe
1º CEB - S.M. Feira



Ricardo Jorge Dias Cardoso
Sóc. 22386 - 44 anos
EB2/3 Fernando Pessoa,
2º CEB - S.M. Feira



Nuno Filipe da Silva Gomes
Sóc. 39824 - 38 anos
Agrup. Esc. Mons. Miguel Oliveira,
Válega
2º CEB - Ovar



Filomena Maria Pinto Almeida
Sóc. 22127 - 50 anos
EBI de São Vicente Pereira
2º CEB - Ovar



José Dias de Pinho
Sóc. 13563 - 52 anos
EB2,3 Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida
3º CEB/SEC - S.M. Feira



Mário João Pinho Ribeiro
Sóc. 12138 - 47 anos
ES/3 Soares Basto
3º CEB/SEC - Oliveira de Azeméis



Maria de Lurdes Gonçalves Xavier
Sóc. 18635 - 53 anos
EB23/S Vale de Cambra
3º CEB/SEC - Vale de Cambra



Maria Cristina Martins Ferreira Comprido
Sóc. 18062 - 55 anos
Aposentada
PRÉ-ESC - S. João da Madeira



Maria Antónia Lima Oliveira Azevedo
Sóc. 18173 - 51 anos
JI Parque
PRÉ-ESC - S. João da Madeira



Lília Maria Guerreiro Assunção Leite dos Santos
Sóc. 1123 - 60 anos
EB 2/3 Lamações
2º CEB - Braga



Margarida Maria de Oliveira Leça
Sóc.1115 - 58 anos
EB 2/3 D. Afonso Henriques
2º CEB – Guimarães



Maria Teresa Fernandes de Castro Lopes
Sóc. 956 – 60 anos
Esc. Sec. Tomaz Pelayo
3º CEB/SEC – Santo Tirso



João Jorge Faria Araújo
Sóc. 25212 – 42 anos
Esc. Sec. Francisco de Holanda
3º CEB/SEC - Guimarães



Maria Eduarda Ferreira Pastor
Sóc. 5165 – 55 anos
EB1 do Motelo
1º CEB - Guimarães



Isabel Maria Malheiro Pereira
Sóc. 13694 – 45 anos
JI≤ do Monte
Pré-Escolar – Braga



Luís Heitor da Silva Pires Marinho
Sóc. 40456 – 46 anos
EB 2,3/Sec. Celorico de Basto
2º CEB – Celorico de Basto



Manuel António Teixeira da Silva
Sóc. 21617 – 53 anos
AE de Cabeceiras de Basto
1º CEB – Cabeceiras de Basto



Maria do Rosário Amaral da Costa Faria da Silva
Sóc. 24619 – 49 anos
EB1/JI Serzedo
Pré-Escolar - Guimarães



Isabel Maria Contente da Vinha Novais
Sóc. 5316 – 48 anos
AE Gonçalo Nunes
Pré-Escolar - Barcelos



Maria Fernanda Ramos Pereira de Sá Mendes
Sóc. 5763 - 58 anos
EB1 Bairro da Alegria
1º CEB - Braga



Maria Etelvina Dias Leite Nunes de Sá
Sóc.1142 – 61 anos
Esc. Sec. Alberto Sampaio
3º CEB/SEC - Braga



Miguel António Correia Pinto
Sóc. 24384 – 46 anos
Esc. Sec. de Vizela
3º CEB/SEC – Vizela



José Carlos Araújo Soares
Sóc. 17861- 48 anos
EB 2/3 Montelongo
2º CEB – Fafe



Carlos dos Santos Almeida
Sóc. 43786 – 35 anos
EB1 de Rossas e EB1 Ventosa
1º CEB – Vieira do Minho



Nuno Ricardo Marques da Silva Reininho
Sóc 24206 - 40 anos
Esc. Sec. de Amares
3º CEB/SEC - Amares



Maria José Veloso da Silva
Sóc. 39090 – 50 anos
Esc. Sec. Camilo Castelo Branco
3º CEB/SEC – V. N. Famalicão



Maria Dulce da Rocha Silva
Sóc.16515 – 46 anos
A E D. Afonso Henriques
1º CEB - Guimarães



Filipa Alexandra Magalhães Teixeira
Sóc. 42001 – 40 anos
A E Fernando Távora
Educação Especial - Guimarães



Sílvia Maria Ribeiro Lemos
Sóc. 27048 – 37 anos
Escola Básica e Sec. Infias
3º CEB/SEC – Vizela



Manuel António Melo Alves
Sóc.1213 – 62 anos
Esc. Sec. Carlos Amarante
3º CEB/SEC - Braga



Nuno Miguel Brandão Moínhos Costa
Sóc. 39060 – 33 anos
Cooperativa Vale de S. Cosme – Didáxis Particular e Cooperativo – V.N. Famalicão



Rosa Manuela Mota Guimarães
Sóc. 23182 – 41 anos
Esc. Sec./3º CEB de Felgueiras
3º CEB/SEC – Felgueiras



Maria João de Sousa Faria
Sóc. 31362 – 34 anos
A E Maximinos
1º CEB - Braga

Maria Manuela Silva Mendes Tarrafa
Sóc.13412 - 52 anos
JI de Campo
Pré Escolar – Póvoa de Lanhoso



Carlos Pazos Justo
Sóc. 33442 - 36 anos
Universidade do Minho
Superior - Braga



Alzira Graça Silva Costa e Sá Araújo
Sóc. 13920 - 48 anos
EB 2/3 Júlio Brandão
2º CEB – V. N. Famalicão



Alice Maria Pinto Azevedo Carneiro
Sóc. 1117 - 51 anos
EB 2/3 Arqueólogo Mário Cardoso
2º CEB - Guimarães



Maria Manuela Fernandes Almeida
Sóc. 27058 - 39 anos
A E Maximinos
3º CEB/SEC - Braga



Linda Maria A. Gomes Correia Miranda
Sóc. 6519 - 45 anos
Esc. Sec. Pe. Benjamim Salgado, Joane
3ºCEB/SEC – V. N. Famalicão

DIRECÇÃO DISTRITAL DE BRAGA

Suplente Efectivo Direcção



Célia Cristina Silva Ferreira
Sóc. 24579 – 45 anos
A E Prof. João de Meira
3ºCEB/SEC - Guimarães



Maria José da Costa Lopes
Sóc. 6627 - 55 anos
EB 2/3 Lamações
2º CEB - Braga



Alberta Maria Mascarenhas Oliveira
Sóc. 19087 - 48 anos
EB 2/3 S. Torcato
2º CEB - Guimarães



Paula Manuela Vieira Mendes
Sóc. 25898 - 38 anos
EB 2,3/Sec. de Infías
3º CEB/SEC – Vizela



Carmen Marinho Simões Carmo
Sóc. 36109 – 50 anos
EB 2/3 Bernardino Machado, Joane
3ºCEB/SEC – V. N. Famalicão



Emanuel de Matos Moreira
Sóc. 34659 - 39 anos
Esc. Sec. Alberto Sampaio
3º CEB/SEC - Braga



Ana Amélia Mota Guimarães
Sóc. 18543 - 44 anos
EB 2,3/Sec. Santos Simões
3º CEB/SEC – Guimarães

Gracinda Maria Melo Marques Castanheira
Sóc. 21415 - 52 anos
Esc. Sec. de Maximinos
3º CEB/SEC - Braga



Laura Maria Campos de Oliveira Vilela
Sóc. 26855 – 37 anos
EB 2,3/Sec. Santos Simões
3º CEB/SEC - Guimarães



Manuel Francisco Lopes Pinto
Sóc.15365 – 50 anos
Esc. Sec. Martins Sarmento
3º CEB/SEC - Guimarães

DIRECÇÃO DISTRITAL DE BRAGANÇA



Francisco José Lopes
Sóc. 1274 - 55 anos
EBS Alfândega da Fé
3º CEB/SEC – Alfândega da Fé



José Alegre Mesquita
Sóc. 1761 - 52 anos
Agrup. Esc. Carrazeda de Ansiães
1º CEB – Carrazeda de Ansiães



Luís de Sousa Costa
Sóc. 17939 - 53 anos
Escola Superior Agrária de Bragança - IPB
SUP – Bragança



Raul Aurélio Vaz Gomes
Sóc. 45122 - 40 anos
ES/3 Emídio Garcia
3º CEB/SEC - Bragança



Joaquim Armando Gonçalves Monteiro Oliveira
Sóc. 18935 - 50 anos
EB 1/2/3 Augusto Moreno
3º CEB - Bragança



José Manuel Correia Santos Ferreira Castro
Sóc. 41391 - 48 anos
Escola Superior Agrária de Bragança - IPB
SUP - Bragança

João de Deus Possacos
Sóc. 1294 - 55 anos
EB 2/3 Vimioso
2º CEB - Vimioso



Carla Susana Fernandes Ribeirosa
Sóc. 42782 - 31 anos
EBS Alfândega da Fé
3º CEB/SEC – Alfândega da Fé



Maria Manuela Paredes Baptista
Sóc. 1510 - 62 anos
Aposentada
1º CEB - Mirandela

Arnaldo Duarte Silva
Sóc. 28179 - 48 anos
Escola EB 1 de Vila Nova de Foz Côa
1º CEB - Moncorvo



João da Rocha e Silva
Sóc. 15977 - 43 anos
Escola Superior de Tecnologia e de Gestão
SUP - Bragança

Maria Isabel Gamilho Lopes Velho Borges Pires
Sóc. 4537 - 60 anos
ES/3 Mirandela
3º CEB/SEC - Mirandela



Amândio Pires Gomes
Sóc. 38315 - 45 anos
ES/3 Mirandela
3º CEB/SEC - Mirandela



Celmira da Conceição Madureira Macedo
Sóc. 34613 - 39 anos
Agrup. Esc. Torre D. Chama
PRÉ-ESC - Mirandela

Maria José Pinheiro Navega de Oliveira Pires
Sóc. 15541 - 58 anos
ES/3 Mirandela
3º CEB/SEC - Mirandela



Susana Maria Pancha Cunha
Sóc. 8594 - 53 anos
Centro Escolar de Alameda
1º CEB - Peso da Régua

Ana Isabel Carvalho Silva
Sóc. 37624 - 28 anos
PRÉ-ESC - Alfândega da Fé

Maria Filomena Caldas de Matos Oliveira Gomes
Sóc. 25731 - 40 anos
Agrup. Esc. Vimioso
2.ºCEB - Vimioso

Natércia Maria da Silva Fontes
Sóc. 35108 - 43 anos
EBS Alfândega da Fé
3º CEB/SEC – Alfândega da Fé



Mónica dos Santos Vilares
Sóc. 41510 - 35 anos
Infantário Santa Casa da Misericórdia
PRÉ-ESC – Alfândega da Fé

Áurea Maria Peixoto Camelo Silva
Sóc. 15798 - 44 anos
Agrup. Esc. Alfândega da Fé
PRÉ-ESC – Alfândega da Fé



Maria Gil Fernandes Braga Gonçalves
Sóc. 15680 - 47 anos
Agrup. Esc. Alfândega da Fé
PRÉ-ESC – Alfândega da Fé

DIRECÇÃO DISTRITAL DE PORTO

Suplente Efectivo Direcção



Rogério Ventura Lages dos Santos Reis
Sóc. 26939 - 50 anos
FC Universidade do Porto,
Superior - Porto



Ana Virgínia Costa Pereira
Sóc. 12049 - 49 anos
Escola Sec. de Ermesinde,
3º CEB/SEC - Valongo



Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista
Sóc. 29291 - 41 anos
Escola Sec Oliveira do Douro,
3º CEB/SEC - Gaia



Artemisa Maria dos Santos Coimbra
Sóc. 1934 - 52 anos
Escola EB 2/3 de Jovim,
2º CEB - Gondomar



António Jorge Souto Águeda da Costa
Sóc. 23307 - 55 anos
Escola Sec. Rodrigo de Freitas,
3º CEB/SEC - Porto



Marta Maria Meira Campos Costa
Sóc. 19769 - 53 anos
Agrup. Escolas de S. Mamede Infesta,
Pré-Escolar - Matosinhos



Maria Florinda Albergaria Gomes Silva
Sóc. 45 - 55 anos
Agrup. Esc. Rodrigues de Freitas,
1º CEB - Porto



Ana Isabel Pereira Moura
Sóc. 31399 - 33 anos
Instituto Superior de Engenharia do Porto
Superior - Porto



Beatriz Marques Bachá
Sóc. 8389 - 53 anos
Escola Sec. de Gondomar
3ºCEB/SEC – Gondomar



Maria Guilhermina Oliveira da Costa
Sóc. 2513 - 59 anos
Escola Sec. José Régio – Vila do Conde,
3º CEB/SEC. - Vila do Conde



Cristina Alexandra Marques Nogueira
Sóc. 21085 - 44 anos
Agrup. Escolas da Trofa
Pré-Escolar – Trofa



José Rui Pereira da Fonseca Ferreira
Sóc. 22658 - 61 anos
Esc. Profissional Bento Jesus Caraça,
Profissional - Porto



José António Magalhães Gomes
Sóc. 6140 - 55 anos
ESE - Instituto Politécnico do Porto
SUP - Porto

João Manuel Roldão Cruz
Sóc. 42922 - 27 anos
ES/3 Infante D. Henrique,
3º CEB/SEC – Porto



Frederico Gonçalves Amador
Sóc. 36786 - 36 anos
Escola Francesa do Porto,
PART - Porto



Maria da Conceição Martins Campos Dinis
Sóc. 3576 - 57 anos
Aposentada
1º CEB - Gondomar



Maria Júlia Gonçalves de Lima
Sóc. 21729 - 60 anos
EB 2/3 Nicolau Nasoni,
3º CEB/SEC - Porto



Henrique Alexandre Flores Santos
Sóc. 8492 - 47 anos
Agrup. Escolas de Oliveira do Douro,
3º CEB/SEC - Gaia



Olga Maria Monteiro Vieira Mendes
Sóc. 3586 - 54 anos
1º CEB – Porto



João Manuel Lopes Carvalho
Sóc. 28 - 70 anos
Aposentado
3º CEB/SEC - Porto



José Paulo Novais Cardoso Morgado
Sóc. 10164 - 52 anos
Escola Sec. de S. Pedro da Cova,
3º CEB/SEC – Gondomar



Carla Alexandra de Vasconcelos Balsemão Barbosa
Sóc. 22270 - 40 anos
JI Santa Bárbara,
Pré-escolar – Gondomar



Eduardo Alexandre Pereira Silva
Sóc. 22647 - 49 anos
Instituto Superior de Engenharia do Porto,
Superior – Porto



Manuel Narciso Gonçalves Machado
Sóc. 3570 - 54 anos
EB1/JI Aldeia do Monte,
1º CEB – Santo Tirso



José Joaquim Ferreira do Vale
Sóc. 958 - 61 anos
Escola Sec. de Tomaz Pelayo,
3º CEB/SEC – Santo Tirso



Vítor Rui Hortas Mendes Reis
Sóc. 2797 - 52 anos
Agrup. Escolas da Senhora da Hora,
3º CEB/SEC - Matosinhos



Maria Olinda Soares de Moura
Sóc. 22381 - 52 anos
EB 2/3 de Gondomar,
2º CEB – Gondomar



Fernando Jorge Pinto André
Sóc. 12702 - 57 anos
EB 2/3 de S. Rosendo,
2º CEB – Santo Tirso



Paula Alexandra Lopes Ribeiro
Sóc. 38924 - 38 anos
EB 1 da Estrada,
1º CEB - Gondomar



Mário Pinto Correia
Sóc. 40687 - 51 anos
EB 2/3 S. Romão do Coronado,
2º CEB - Trofa

Maria da Graça Portela Martiniano
Sóc. 8471 - 53 anos
Escola EB1 /JI de Carvalho,
Pré – Escolar - Gaia



Paulo Jorge da Cunha Alves
Sóc. 27703 - 42 anos
Agrup. Escolas da Trofa,
2º CEB - Trofa

Ana Maria Fernandes de Carvalho
Sóc. 32414 - 51 anos
EB 2/3 de Penafiel,
2º CEB - Penafiel



Eduarda Sousa Ferreira
Sóc. 40031 - 32 anos
3º CEB/SEC - Porto



Graciete Virgínia Rietsch Monteiro Fernandes
Sóc. 330 - 78 anos
Superior – Porto



Lídia Augusta Couto Castro
Sóc. 23197 - 50 anos
Escola Sec. da Maia,
3º CEB/SEC - Maia



Maria Augusta Castro Costa Carvalho
Sóc. 968 - 62 anos
Escola Sec. D. Dinis
3ºCEB/SEC - S. Tirso



Maria das Dores Teixeira Leite
Sóc. 11111 - 53 anos
Escola Sec. de Ermesinde,
3º CEB/SEC - Valongo

DIRECÇÃO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Suplente Efectivo Direcção



Augusto Cândido Vaz da Costa Ranha
Sóc. 1448 - 62 anos
ES de Monserrate
3.º CEB/SEC - Viana do Castelo



Maria Armanda Martinez de Oliveira Rocha
Sóc. 11910 - 53 anos
AVE do Atlântico
ESP – Viana do Castelo



Paulo João da Costa Portela
Sóc. 24969 - 42 anos
EB de Darque
1º CEB – Viana do Castelo



Ana Rocha de Oliveira
Sóc. 30812 - 33 anos
Ancorensis CE
PART - Caminha



David Manuel Mesquita Martins
Sóc. 16494 - 46 anos
EB de Vale do Âncora
2º CEB - Caminha



Eduarda Maria Gomes Martins Branco
Sóc. 1327 - 56 anos
Aposentada
1º CEB - Viana do Castelo



Eva Maria Tavares Baptista Almeida
Sóc. 16217 - 54 anos
EB1/JI de Santa Comba
PRÉ-ESC - Ponte de Lima



Fernando Manuel Oliveira F. Rodrigues
Sóc. 41563 - 60 anos
EB Dr. Pedro Barbosa
3º CEB/SEC - Viana do Castelo



Iolanda Cristina Dantas Carvalho
Sóc. 24467 - 44 anos
EB1 Moreira de Geraz do Lima
1º CEB - Ponte de Lima



João Manuel Caldas Rodrigues de Puga
Sóc. 10540 - 56 anos
EB de Freixo
2ºCEB - Ponte de Lima



Manuel Augusto Maciel São João
Sóc. 2885 - 55 anos
EB/S de Monte da Ola
3º CEB/SEC - Viana do Castelo



Maria Amália Loureiro de Carvalho
Sóc. 16588 - 55 anos
EB de Entre Ambos-os-Rios
1º CEB - Ponte da Barca



Maria Amélia Marrucho Palmeira Neves
Sóc. 1309 - 52 anos
EB1 de Santana, Neiva
1º CEB - Viana do Castelo



Maria Aurora Brito de Sousa
Sóc. 16318 - 50 anos
EB 1 de Igreja, Nogueira
1º CEB - Ponte da Barca



Maria Cândida Amorim Ribeiro
Sóc. 10469 - 47 anos
ES Ponte de Lima
3ºCEB/SEC - Ponte de Lima



Maria Eugénia Santos Pinto de Queirós
Sóc. 16400 - 48 anos
ES de Monserrate
3º CEB/SEC – Viana do Castelo



Maria Teresa da Costa Almeida
Sóc. 26715 - 46 anos
EB/S de Barroselas
3º CEB/SEC – Viana do Castelo



Rui Alberto Martins Parente
Sóc. 16851 - 51 anos
EB/S Pintor José de Brito
3º CEB/SEC - Viana do Castelo



Tarcisio Daniel Pinheiro Maciel
Sóc. 16411 - 52 anos
ES de Monserrate
3º CEB/SEC – Viana do Castelo



Virgínia Manuela Fernandes Pacheco
Sóc. 18094 - 45 anos
JI de Igreja, Âncora
Pré-Escolar - Caminha



Abílio Vieitas Duarte Lourenço
Sóc. 1365 - 59 anos
EB António Feijó
2 º CEB – Ponte de Lima



Fernanda Ricardo Vilas Alves Silva Santos
Sóc. 29734, 32 anos
EB 1 de Freixo
1º CEB - Ponte de Lima



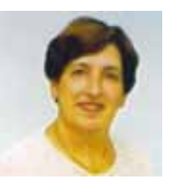
Isa Jácome Santos
Sóc. 39820, 32 anos
Esc. Profissional de Música de Viana do Castelo
PART - Viana do Castelo



Juvino Amorim da Costa Pereira
Sóc. 1712, 58 anos
EB Dr. Pedro Barbosa
2º CEB - Viana do Castelo



Manuel Borlido de Paula
Sóc. 16341 - 53 anos
ES de Monserrate
3º CEB/SEC - Viana do castelo



Maria de Fátima da Silveira Marques
Sóc. 16714 - 62 anos
Aposentada
1º CEB - Viana do Castelo



Paula Maria Salgado de Castro
Sóc. 16521 - 49 anos
EB de Vale do Âncora
2º CEB - Caminha

DIRECÇÃO DISTRITAL DE VILA REAL



António José Alves Chaves
Sóc. 14310 – 49 anos
Escola EB 2,3/S Dr. Bento da Cruz
1º CEB - Montalegre



Paulo Manuel Rosa Figueiredo
Sóc. 6913 - 50 anos
Escola Sec. S. Pedro – Vila Real
3º CEB/SEC – Vila Real



Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães
Sóc. 1620 – 53 anos
Escola EB 2,3 Peso da Régua
2º C EB – Peso da Régua



Maria Assunção Pinto Carvalho
Sóc. 1499 - 54 anos
Aposentada
1º CEB - Vila Real



Júlia Violante de Carvalho Ribeiro Correia
Sóc. 43767 - 55 anos
Escola EB 2,3 Peso da Régua
2º CEB - Peso da Régua



Adelaide Maria Barata Afonso
Sóc. 1778 – 55 anos
EB 2,3 Monsenhor Jerónimo do Amaral
3º CEB/SEC - Vila Real



Graça Maria de Jesus Barreira
Sóc. 14683 – 39 anos
Escola EB1 nº 3 de Chaves
1º CEB - Chaves



Mariana de Jesus Martins Lousa
Sóc. 1509 – 55 anos
Escola EB1 Vila Real nº 7
1º CEB - Vila Real



Clarisse Ferreira Casais
Sóc. 20736 – 38 anos
Escola EB2,3/S Miguel Torga
3º CEB/SEC - Sabrosa



Anabela Maria Neves Martins
Sóc. 14133 – 46 anos
Agrup. Esc. Valpaços
1º CEB - Chaves



Silvino Augusto Martins Vilela
Sóc. 15105 – 54 anos
Escola EB 1 de Vila Pouca de Aguiar
1.ºCEB - Vila Pouca de Aguiar



Maria Paula de Melo
Sóc. 1669 - 51 anos
Escola Sec. Dr. Júlio Martins
3º CEB/SEC - Chaves



José Francisco Marques Cuevas
Sóc. 10142 – 52 anos
Escola EB1 Vila Real nº 7
1º CEB - Sabrosa



Graça Maria Feitais Teixeira
Sóc. 20802 – 39 anos
EB 2,3/S Sebastião de Mértola
3º CEB/SEC - Vila Real



Maria da Conceição Nogueira Farinha Cuevas
Sóc. 41724 - 51 anos
Escola Sec. D. Sancho II
3º CEB/SEC - Alijó



Liliana Maria Marquês Maio Costa Teixeira
Sóc. 8594 - 53 anos
Centro Escolar de Alameda
1º CEB - Peso da Régua



Ana Isabel Carvalho Silva
Sóc. 41500 - 33 anos
3º CEB/SEC - Vila Real

Amélia de Jesus Morais Esteves Souto
Sóc. 8963 – 53 anos
Escola EB1 nº 3 de Chaves
1.º CEB - Chaves



Maria Etelvina Pombal Gonçalves Correia
Sóc. 15397 - 46 anos
Escola EB 2,3 de Peso da Régua
2º CEB – Peso da Régua



Isabel Maria Pimentel Morgado de Almeida Arrojado Moura
Sóc. 34130 – 49 anos
Escola EB1 de Sanfins do Douro
1º CEB – Alijó

LISTA A

um SPN presente – sentir o sindicato nas escolas

Declaração de Candidatura

A 26 de Maio próximo, os/as sócios/as do SPN vão eleger, para o triénio 2011/2014, os **corpos gerentes do nosso sindicato**: a mesa da assembleia geral, a direcção central, as seis direcções distritais e o conselho fiscal e de jurisdição .

Este triénio, por força do chamado **programa de "resgate financeiro",** será tempo de agravamento das dificuldades e instabilidade social. A troco dos empréstimos que vai receber – parte significativa destinada a aumentos de capital da banca privada –, o Governo pretende introduzir um conjunto de **reformas laborais** que visam a diminuição dos custos com pessoal, bem como cortar ainda mais no financiamento das funções sociais do estado.

Os/as professores/as já conhecem o sabor dos **cortes salariais, do congelamento de carreiras, do encerramento de escolas e criação de mega-agrupamentos, dos violentos horários de trabalho, da imposição de uma avaliação de desempenho burocrática e punitiva, das tentativas de alterações curriculares - tudo** com o objectivo único de diminuir os custos com pessoal.

Sabemos que isto não fica por aqui. O ataque às funções sociais do estado poderá ser garantido através de mais cortes, que poderão dar lugar à **municipalização da educação**, à introdução do **cheque ensino**, à eventual privatização da **Parque Escolar**, ao fim do **princípio constitucional de um ensino tendencialmente gratuito**.

A actual agenda política de PS, PSD e CDS tem em curso uma vasta campanha para estimular a resignação à inevitabilidade das medidas decorrentes do "programa de resgate" da Europa e do FMI.

Num cenário destes, exige-se ainda mais que o movimento sindical e os seus dirigentes se empenhem com coragem e determinação, enfrentando o poder, mobilizando para defesa dos direitos sociais consagrados na Constituição.

Estes anos difíceis exigem combatividade e criatividade. O **SPN precisa de estar presente** junto dos/as professores/as, para os/as ouvir, esclarecer, organizar o seu protesto e a sua luta. O futuro passa por **mais e melhor SPN junto dos professores.**

Em 2008, por um sindicalismo combativo, criámos o projecto que deu corpo à **lista A.**

Como dirigentes, delegados e activistas, **trabalhámos sempre, com todos/as, sem discriminações**, por um SPN presente e actuante nas escolas. Num momento e contexto tão difíceis como aqueles que estamos a atravessar, em que os sindicatos são um alvo a abater para que mais facilmente se atinjam os direitos de quem trabalha, continuamos a achar necessário disponibilizar o esforço de todos/as para um projecto sindical que **aja com os professores, informe os professores e defenda os professores.**

Assim, a 26 de Maio, **os sócios poderão contar de novo com este projecto.** O nossos trunfos estão na **qualidade e combatividade dos/as nossos/as candidatos/as e na centralidade que sempre demos e daremos ao trabalho sindical *para* e *nas* escolas.**

Porto, 3 de Maio de 2011

Introdução

O 10º Congresso da FENPROF, - o principal órgão e espaço de reflexão dos professores portugueses - realizado em Abril de 2010, na sua resolução sobre a acção reivindicativa, definiu os eixos reivindicativos das professoras e professores para o triénio 2010/2013.

Por sua vez, o 7º Congresso do SPN, realizado nos dias 25 e 26 de Fevereiro do presente ano, no documento de orientação político-sindical, manteve estes eixos reivindicativos como referência para o trabalho futuro, os quais subscrevemos. Todavia, para dar a resposta hoje necessária, não basta que o sindicato afirme ter uma orientação correcta e aponte o que fazer. **O essencial é mesmo fazer, ser a ligação às escolas e aos professores, estar na escola com os professores,** porque é no local de trabalho que a acção sindical é necessária.

Um SPN presente, sentir o sindicato nas escolas é o nosso lema. Para o cumprir, necessitamos de reunir todas as vontades, todas as disponibilidades e os diversos graus de militância sindical.

Os nossos candidatos têm provas dadas como dirigentes, como delegados, como activistas. São sindicalistas que estiveram nas lutas dos últimos anos que estão nas lutas de hoje, que, independentemente do resultado do 26 de Maio, vão estar nas lutas do futuro.

Neste sentido, estruturamos o nosso olhar e nossa acção sindicais em seis eixos temáticos. Assumimos ainda nove compromissos para com os professores do norte.

Os professores hoje

É uma verdade indesmentível que, de 2005 para cá, muita coisa mudou. Nas escolas coabita uma diversidade de profissionais - professores, formadores, animadores, técnicos – com vínculos muito diferenciados. O horário de trabalho docente aumentou, aceleraram os processos de encerramento de escolas e de concentração escolar, diminuíram as vagas a concurso para lugares de quadro, aumentou a idade da reforma e, acima de tudo, assistimos à degradação da imagem social do professor, por via de discursos errantes e errados.

Se analisarmos os anuários estatísticos do INE de 2005 e 2009, são já visíveis algumas consequências das políticas seguidas. Tomando por referência a região norte do país – praticamente coincidente com a área de influência do SPN – constatam-se alterações significativas na comparação entre a evolução da população escolar e da população docente.

A Educação Pré-escolar é o único sector onde a tendência de evolução da população escolar é idêntica à da população docente do sector. Ambas cresceram ligeiramente: de 54954, em 2005, para 55250, em 2009, no caso da população escolar; de 3707, em 2005, para 3742, em 2009, no caso da população docente. Em média, havia um educador para 14,82 crianças, em 2005, e um para 14,76, em 2009.

No 1º ciclo do Ensino Básico, a população escolar passou de 173058, em 2005, para 158926, em 2009, ou seja, caiu 8,17%. No entanto, a população docente do sector teve um decréscimo bem mais significativo: de 14530, em 2005, passou para 11244, em 2009, o que corresponde a uma quebra de 22,62%. Se considerarmos um indicador muito querido ao Ministério da Educação, o *ratio* professor/alunos, constata-se um agravamento de 1/11,07, em 2005, para 1/14,13, em 2009.

No 2º ciclo do Ensino Básico, a população escolar passou de 92215, em 2005, para 87815, em 2009, ou seja, teve um decréscimo de 4,77%. Por seu turno, a redução do número de professores foi de 9,67%, uma vez que a população docente passou de 12297, em 2005, para 11108, em 2009. Neste nível de ensino, o *ratio* professor/alunos passou de 1/7,5, em 2005, para 1/7,9, em 2009.

No que diz respeito ao 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, muito por força do Programa Novas Oportunidades, a população escolar aumentou substancialmente: de 231233, em 2005, para 295710, em 2009, ou seja, um acréscimo de 27,88%. Quanto ao número de professores, o crescimento foi bem menor: de 27659, em 2005, para 28687, em 2009, o que representa um aumento de apenas 3,72%. O ratio professor/alunos passou de 1/8,36, em 2005, para 1/10,31, em 2009.

A redução do número de professores é um objectivo central na actual política educativa, em particular no 2º ciclo. A reorganização curricular é o exemplo perfeito desta perspectiva economicista. Mas outras medidas têm avançado: os mega-agrupamentos, o encerramento de escolas, os cortes no crédito horário de escola/agrupamento, para referir apenas algumas.

Estas medidas continuam em cima da mesa ou não houvesse um objectivo claro de reduzir custos e liberalizar q.b. o sector da Educação, o qual movimenta milhares de milhões de euros anualmente, tanto por parte do Estado como das famílias.

Ao processo em curso de diminuição do número de docentes, acrescem, desde 2005, o abandono maciço da profissão - por aposentação antecipada - de milhares de professores do quadro, a não abertura de vagas para lugares de quadro (apenas 391 entradas no quadro em 2009), o congelamento das progressões na carreira (2005, 2006, 2007, 2011, 2012. 2013,…) e a manutenção de grande parte dos docentes dos quadros nos escalões iniciais e intermédios da carreira.

Outra realidade igualmente importante e preocupante é o processo de envelhecimento dos docentes em exercício, demonstrado pelo Relatório "Estado da Educação 2010 – percursos escolares", da autoria do Conselho Nacional de Educação, que apresenta o Índice de Envelhecimento (*ratio* entre o número de docentes com idade igual ou superior a 50 anos e o número de docentes com idade inferior a 35 anos) verificado na primeira década do século XXI (entre 1999/2000 e 2007/2008).

No 1º ciclo, o índice de envelhecimento situava-se nos 78,8 pontos, em 1999/00, tendo passado para 64,5, em 2004/05, e chegado a 77,1, em 2007/08. No 2º ciclo, dos 83,7 pontos, em 1999/00, passou para 110,2, em 2004/05, e 171,6, em 2007/08. No 3º ciclo e secundário, de 34,8 pontos, em 1999/00, passou para 67,6, em 2004/05, e 101,0, em 2007/08.

Por outro lado, a alteração do conceito de Educação, com a junção explícita da Formação e a implícita da ocupação do tempo livre das crianças (por via da chamada Escola a Tempo Inteiro), introduziu também um novo contingente de profissionais no sector, com um nível de precariedade nunca visto na Educação.

Hoje, em particular nas Actividades de Enriquecimento Curricular do 1º ciclo, nos Cursos de Educação e Formação e nos Cursos Profissionais, nas Escolas e nos Centros de Formação, temos um considerável número de professores com contratos de enorme precariedade, em percentagem crescente, subsistindo inclusive o regime de recibos verdes, em particular no Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Em suma, diminuiu a percentagem de professores no topo da carreira, aumentou a de professores no início da carreira e de contratados, apareceram novas formas de contrato. Na prática, foram dados passos na direcção da individualização das relações laborais.

A ideia, amplamente difundida, de que a esmagadora maioria dos professores está na carreira e, dentro desta, metade posiciona-se nos três escalões de topo (índices remuneratórios 245, 299 e 340) não tem qualquer correspondência com a realidade em 2011.

A manter-se a actual orientação, não serão necessários seis anos para que se possa afirmar com verdade que a maioria dos professores estará fora da carreira e sujeita a regimes contratuais muito diversificados, dando resposta a um conceito de *EDUCAÇÃO MIX* – educar, ensinar, formar, animar e ocupar o tempo livre.

Não abandonando os seus princípios fundadores, o Sindicato dos Professores do Norte terá de redesenhar o sindicalismo para a este novo universo profissional docente dar sentido de pertença, como corpo colectivo, e o compreender para saber agir.

O horário de trabalho

No seguimento do objectivo de redução do número de professores, surgiu também, nos últimos anos a alteração dos horários de trabalho. A componente lectiva ficou praticamente circunscrita às aulas, a componente não lectiva de estabelecimento passou a ser fixa e com permanência obrigatória na escola, as reduções ao abrigo do artigo 79º do ECD foram reduzidas e o Ensino Secundário passou a ter uma componente lectiva de 22 horas.

Nos dias de hoje, um docente do pré-escolar e do 1º ciclo tem 27 horas de marcação obrigatória no horário; um professor dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do secundário tem 26/27 tempos semanais marcados obrigatoriamente no horário de componente lectiva e não lectiva de estabelecimento.

No caso do pré-escolar e do 1º ciclo, às 25 horas semanais da componente lectiva, juntam-se duas horas de componente não lectiva de estabelecimento, que servem para Apoio ao Estudo, Supervisão Pedagógica das CAF e AEC, Atendimento aos Encarregados de Educação, Reuniões Ordinárias de Departamento Curricular, de Coordenação Pedagógica de Ano e, ainda, a Formação Contínua. A isto ainda se junta, por vezes, a Avaliação do Desempenho Docente e a Coordenação de Estabelecimento. Não é possível fazer tudo isto em duas horas!

No caso dos professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, aos 22 tempos lectivos, aos 2 tempos de outras actividades e aos 2 ou 3 tempos (consoante tenham menos ou mais de 100 alunos) de componente não lectiva de estabelecimento, há a acrescentar reuniões de departamento curricular, de grupo disciplinar, conselhos de turma, conselhos disciplinares e outras reuniões de trabalho, que, mesmo sendo ordinárias (e, como tal, consideradas na componente não lectiva de estabelecimento), são tidas como de carácter ocasional e realizadas na componente não lectiva individual.

A componente individual em vez de ser utilizada naquilo para que serve - preparar e avaliar a actividade lectiva realizada e a realizar - é consumida cada vez mais no infindável labirinto burocrático de planos projectos e relatórios que enxameiam o quotidiano docente, labirinto este acrescido de um modelo de avaliação do desempenho docente (ADD) insuficientemente estruturado, tecnicamente mal elaborado, alicerçado em quotas, maioritariamente subjectivo e, por conseguinte, profundamente injusto, até pelas consequências que tem nos concursos .

O horário de trabalho docente necessita de uma reformulação profunda. Por um lado, centrando o trabalho da componente não lectiva individual no suporte da actividade lectiva, dotando-a do tempo necessário; por outro, reduzindo ao mínimo o trabalho burocrático, libertando-o para as tarefas inerentes à profissão docente.

A gestão e administração escolar

Com a aplicação do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário, sente-se hoje, no quotidiano escolar, que a direcção da escola é cada vez menos democrática.

Perdeu-se a colegialidade, as opiniões e propostas das estruturas de orientação educativa deixaram de contar nas orientações pedagógicas dos estabelecimentos de educação e ensino, a escola deixou de ter representante perante o Ministério, passando este a ter representante perante a escola, o director. Emerge o paradigma do líder, segundo o qual sem uma liderança individual um projecto não se desenvolve.

Os poderes do director cresceram: é ele quem escolhe os elementos docentes do órgão pedagógico, os coordenadores de departamento. Em caso de excesso de professores, é ele que decide quem vai embora, e é ele, ainda, o responsável pela contratação de escola.

Aquilo que os defensores deste modelo afirmavam que ele possibilitava - a autonomia - não se vislumbra de facto. É que o director, apesar de poder escolher quem quiser para coordenar as estruturas pedagógicas, de ter visto aumentar os seus poderes na contratação e na "liberdade" de obter receitas próprias, tem de cumprir na íntegra a cartilha do Ministério.

Pouco a pouco, algumas das crenças do Ministério vão sendo assimiladas pela direcção pedagógica de muitas escolas:

- que melhoria dos resultados escolares é igual a melhoria da educação dos portugueses;
- que melhor certificação é igual a melhor qualificação;
- que (cad)a escola consegue resolver os problemas que a sociedade não consegue;
- que o conceito de educação e a missão da escola é simultaneamente educar, ensinar, formar para o mercado de trabalho, fornecer enriquecimento curricular e animação de tempos livres;
- que a diversificação das ofertas formativas é muito democrática e a separação dos percursos escolares promove a igualdade e não a reprodução social.

A escola enquanto organização e a educação em Portugal só serão democráticas se a sua gestão e administração o forem e se o pedagógico se sobrepuser ao administrativo. Só uma Escola Democrática pode educar para a Cidadania Plena.

O SPN no Ensino Superior

É um facto que o sector do ensino superior é diferente, logo as soluções para os seus problemas podem naturalmente ser também diferentes.

Mas os problemas são mesmo idênticos aos dos outros sectores… Será da riqueza e da diversidade de experiências em contextos diferenciados que a actividade do SPN (e da FENPROF) no sector do ensino superior poderá beneficiar. Essa experiência é uma vantagem.

O ensino superior público está a atravessar uma fase de profundas alterações que se reflectem no modo de funcionamento das instituições e que têm uma forte influência na situação profissional dos seus docentes.

A actividade sindical no ensino superior tem dificuldades acrescidas, pela natureza específica das funções dos docentes do sector. Entendemos que neste sector só a partir de uma dinâmica construída a partir da base (e fortemente apoiada nas experiências dos diferentes sindicatos da FENPROF) poderão essas dificuldades ser combatidas nos planos local e nacional.

Sente-se hoje no ensino superior público:

- uma deterioração das condições de exercício da profissão;
- as nefastas consequências da imposição de um regime burocrático de avaliação do desempenho;
- um aumento da precariedade e da instabilidade dos corpos docentes;
- as consequências no dia-a-dia de um decréscimo de financiamento no sector público.

O novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) constitui um forte ataque à gestão democrática das universidades e politécnicos. Veio contribuir para uma degradação das condições de exercício da profissão e para uma alteração significativa do ambiente de trabalho das instituições.

O RJIES veio favorecer:

- uma profunda alteração à gestão do ensino superior, através de uma diminuição drástica da participação dos docentes nos órgãos de gestão, reforçando os poderes unipessoais e a hierarquia gestionária das instituições, em particular com as condições agravadas pelo regime fundacional que apontam para uma mercantilização do ensino superior público;
- a promoção do individualismo e da competição cega;
- a progressiva aplicação de regulamentos de avaliação de desempenho, que em boa verdade pouco têm a ver com a preocupação de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da investigação;
- a proliferação de novos regimes de contratos precários e/ou colaborações, que incluem a contratação de docentes à margem do estatuto, em regime de contrato individual de trabalho, com recibos verdes e mesmo as colaborações encapotadas e não remuneradas, como é o caso da distribuição abusiva de serviço docente a bolseiros de doutoramento e de investigação.

Também no ensino superior público a "crise" (os cortes no financiamento) tem sido usada como justificação para reduções e congelamentos salariais e para o aumento da precariedade.

Os cortes de financiamento impostos às instituições estão a acarretar um aumento das cargas lectivas, para além do que o estatuto consigna, e implicam também (e desde logo) a impossibilidade de cumprir com as disposições legais aprovadas (pelo Governo e pela AR) no processo de revisão dos ECD´s. Com estes cortes, o alargamento previsto para os lugares de carreira não é possível! Também porque há cortes, começam a proliferar, à margem do estatuto e das demais disposições legais em vigor, situações de docência "de facto" (em muitos casos não remuneradas).

O "contrato de confiança" assinado em 2010 pelo Governo, com as universidades e os politécnicos, tinha como pressupostos o aumento do número de estudantes e o ultrapassar de dificuldades orçamentais das instituições. Esse mesmo contrato foi prontamente inviabilizado pelo Governo! E esta situação poderá ainda piorar com uma provável redução do número de estudantes decorrente dos cortes no sistema de acção social escolar.

O regime de avaliação de desempenho docente é outro instrumento ao serviço desta política de contenção do financiamento. Serve apenas para contingentar as progressões nas carreiras mas, no plano político, destina-se de facto a introduzir alterações profundas (uma degradação) no ambiente de trabalho das instituições e na relação entre os docentes. Visa objectivamente passar de um ambiente de colegialidade para um clima de competição; promover o individualismo e a competição num sector onde o trabalho colectivo é essencial.

Neste contexto, defendemos que, para o sector do ensino superior, a actividade sindical no âmbito do SPN deve ter como prioridades:

- **a dignificação das carreiras docentes e das condições de exercício;**
- **a exigência de um estrito cumprimento das normas estatutárias relativas a cargas lectivas e a contratos no sector público;**
- **o pôr termo à violação dos direitos laborais e académicos básicos, às contratações indevidas e abusivas de docentes com contratos precários e recibos verdes e a todas as arbitrariedades que se estão a verificar com a complacência do MCTES;**
- **a exigência da negociação e publicação de um instrumento de regulação das relações laborais no sector privado (ACT ou ECD) consagrando o paralelismo de carreiras no ensino superior;**
- **a exigência de condições para que se cumpram os pressupostos em que assentou a revisão dos ECD´s relativamente ao processo de transição (condições e prazos para doutoramento) e ao preenchimento dos quadros das instituições;**
- **uma alteração do modelo de avaliação do desempenho que está a ser implementado e que está longe de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da investigação.**

Estas são as questões que hoje perpassam a actividade dos professores no ensino superior e que têm que nortear a actividade sindical.

O SPN no Ensino Particular e Cooperativo

A existência de estabelecimentos-modelo, do Ensino Particular e Cooperativo (EPC), onde os direitos sócio-profissionais das/dos professoras(es) e educadoras(es) são uma garantia, não esconde que existem muitos outros onde os atropelos aos mais básicos direitos das/dos docentes do ensino particular e cooperativo fazem parte do quotidiano. Os contextos educativos (quer público quer particular) têm vindo a sofrer ataques terríveis, geradores de mudanças fulcrais que encostam o professor a actividades redutoras, sem sentido, destituídas de qualquer importância ou relevância pedagógica.

Estes complicados e viciados cenários encontram no Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) um reforço, uma "base legal" que, pela omissão ou extrema abrangência, legaliza uma série de mudanças que se traduzem num verdadeiro ataque à dignidade profissional; desenvolvem, a partir dessa regulamentação, estratégias maléficas de redução de postos de trabalho (substituindo funcionários não-docentes por professores, que cumprem, em nome da componente não lectiva, a actividade do funcionário que acabará por ser despedido ou deslocado para outras funções ou sectores).

A leitura e interpretação do CCT é extremamente selectiva - as Direcções dos estabelecimentos retiram do texto a substância que lhes permite alimentar as suas investidas, excluindo todas as outras, as que poderiam proporcionar alguma harmonia e equilíbrio a uma relação tão desigual.

O actual CCT é bastante desfavorável à prática docente, no entanto, ainda garante alguns ténues direitos ao profissional, o qual em contextos de trabalho tão agressivos se vê muitas vezes impedido de os reivindicar, pois, as entidades directivas têm todo o prazer em os ignorar.

A propósito do processo de Revisão do clausulado do Contrato Colectivo de Trabalho, a AEEP - Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo procura impor alterações na carreira que representam ainda maiores retrocessos.

E, para nós, esta é uma questão essencial: todas/todos as/os professoras/professores, independentemente do local onde exercem a sua profissão, merecem respeito e condições de trabalho.

Para impedir a concretização dessas intenções e melhorar as capacidades de negociação e de intervenção das/dos professoras/professores face às direcções dos estabelecimentos, é fundamental o reforço da actividade sindical, no sentido de estabelecer uma rede verdadeiramente sólida entre o maior número possível de estabelecimentos e fazendo dos processos negociais momentos de mobilização das/dos docentes.

No caso das/dos docentes das IPSS's e das misericórdias importa continuar a luta pela melhoria das condições de trabalho e de salários, nomeadamente a aproximação salarial com as/os docentes do Ensino Particular e Cooperativo.

Defendemos uma acção sindical inclusiva, que combata o isolamento em que muitas/muitos se encontram, que integre e defenda as/os docentes de todos os sectores de ensino, incluindo os do EPC, IPSS's e Misericórdias, na construção de propostas e na luta pela sua concretização.

A estrutura e o trabalho sindical

Na estrutura sindical, nesta primeira década do século XXI, de uma tendência para o crescimento do número de sócios, passámos, de 2005 até hoje, para uma tendência de sentido inverso. Vimos também diminuir, em 2009, por via das alterações legais de enquadramento da actividade, o número de dirigentes e o número de horas para o exercício da actividade sindical. Sentimos também algumas dificuldades na eleição de delegados sindicais.

E como se não bastasse, assistimos ainda, pela lei da vida ou em consequência do IX Congresso da FENPROF realizado em 2007, à saída do Conselho Nacional da FENPROF e da Direcção do SPN de um conjunto de fundadores e de dirigentes de referência, com grande intervenção e dedicação ao Sindicato dos Professores do Norte.

Apesar de tudo isto, continuamos a ser um grande sindicato, um grande sindicato de professores, o maior da região norte e o segundo maior sindicato do país com uma história que nos cumpre honrar.

Somos 13548 sócios (dados de Dezembro de 2010), temos uma estrutura com 288 elementos nos Corpos Gerentes, cerca de 230 delegados sindicais, perto de 50 funcionários e 15 delegações.

Nos dois últimos mandatos tem-se acentuado, pouco a pouco, uma erosão do corpo da estrutura do sindicato seja pelas alterações do enquadramento legal da actividade sindical, seja pela saída ou afastamento de alguns sindicalistas de relevo na nossa história, mas também pela pouca preocupação e pelo papel pouco activo da actual coordenação em reunir com as direcções distritais, em fazer reuniões nas escolas sindicalmente difíceis e pelo desaparecimento de iniciativas de reflexão para dirigentes e delegados.

Já praticamente não se realizam jornadas sindicais, jornadas pedagógicas, nem outros espaços dedicados à construção de opinião, sendo o 7º Congresso de Professores do Norte uma excepção. A existência de um corpo sindical coeso é mais importante do que nunca para fazer face aos problemas que enfrentamos.

O acto eleitoral de 26 de Maio é uma oportunidade para dar um sinal de mudança, invertendo a actual situação, que se caracteriza por uma visível redução nas actividades que dão corpo à estrutura e forjam a sua identidade.

Nos tempos que vivemos, na sociedade e na escola, há uma degradação do trabalho e do espaço colectivo em detrimento da promoção individual. Em relação aos professores, a busca da evidência comprovativa do mérito individual está a minar o trabalho formativo, colaborativo e reflexivo e a degradar as relações entre pares. Paradoxalmente surge a figura do *professor-funcionário e/ou técnico*, obediente e acrítico. As causas desta situação são a diversificação de vínculos laborais, o modelo de gestão não democrático, uma avaliação de desempenho punitiva e ainda as alterações na lei quanto ao exercício da actividade sindical na administração pública.

A erosão crescente no espaço colectivo e o enclausuramento do indivíduo em si próprio, no seu umbigo, tal como o ataque aos sindicatos e as dificuldades sucessivamente criadas ao seu exercício, criam problemas ao trabalho sindical.

É na manutenção e revitalização do espaço colectivo que se joga o futuro da classe e do sindicalismo, porque é colectivamente que

se enriquece o debate, se reforçam os elos e as afinidades entre os indivíduos e se forja a identidade de uma classe e a força de um sindicato.
A revitalização do espaço e do debate colectivo é, pois, o objectivo a perseguir. E isto constrói-se com a ida às escolas, com reuniões nas escolas e com os delegados sindicais, com seminários, encontros de dirigentes, delegados e activistas; com a luta nos núcleos de escola, na rua com os professores, com a Frente Comum dos Trabalhadores da Administração Pública, com todos os trabalhadores no âmbito da CGTP, em iniciativas diversificadas, umas mais simbólicas, outras de massas.
E, nesta questão, o SPN tem ficado aquém do que poderia fazer. É verdade que actualmente nos deparamos com muitas dificuldades. Mas também é verdade que, apesar de tudo, dispomos de uma estrutura considerável. Mais de 400 sindicalistas - só entre membros da mesa da assembleia e do conselho fiscal e de jurisdição e dirigentes e delegados sindicais - não é coisa pouca.
Nos tempos que correm, é necessário reforçar a militância deste corpo de mais de 400 sindicalistas, cabendo à Direcção do SPN assumir plenamente este objectivo como central da prática quotidiana. Há que clarificar papéis, distribuir tarefas e gerir as disponibilidades de cada um.
De 2000 para cá, na luta sindical docente, de tempos de negociação com conquistas marcantes, passámos a tempos de resistência. De iniciativas de reflexão, simbólicas e sem grande expressão de massas, passámos a grandes iniciativas de massas, greves, manifestações e mesmo iniciativas de grande convicção e afirmação, como foi o caso da não entrega dos objectivos individuais.
Para as grandiosas lutas que realizámos nos últimos anos foi fundamental a convergência e acção em torno das iniciativas da FENPROF e o papel dos seus órgãos, em particular do seu secretário-geral, Mário Nogueira. A opção do 9º Congresso da FENPROF em dar uma maior tenacidade e combatividade à federação foi essencial para a resistência dos professores portugueses e para o prestígio da Federação Nacional de Professores.
Num quadro em que os sindicatos se deparam com um conjunto de dificuldades, é fundamental que o SPN assuma um papel mais activo e comprometido no seio da FENPROF com as decisões e iniciativas da nossa federação, pois, esta é, concomitantemente, uma federação de sindicatos e uma federação de professores.
No ensino superior, o combate a estas políticas, a solução destes problemas, tem que contar com o envolvimento dos docentes do sector e, portanto, com o enquadramento necessário da estrutura sindical, com toda a sua experiência.
Esse esforço tem também que ser feito neste sector.
Para isso, há que repor a actividade sindical no ensino superior na agenda diária do SPN, o que passa por:
- criar uma rede de delegados sindicais que proporcione um contacto permanente entre os associados e a estrutura sindical;
- proporcionar um apoio específico aos delegados sindicais, aos docentes e às escolas, de modo a que a voz do Sindicato esteja sempre presente em todas as situações com que se defrontam hoje os professores;
- criar formas expeditas de comunicação com os associados e de auscultação das suas opiniões e necessidades;
- retomar, no SPN, o funcionamento de um Conselho de Departamento de Ensino Superior, como espaço privilegiado de debate dos temas que afectam a vida profissional dos professores do sector.
Mais do que nunca, como sindicato de professores, também no ensino superior o SPN tem que centrar a sua actividade nas escolas e junto dos professores.
Este é o nosso pensamento, este é o nosso compromisso.

Compromissos com os professores do norte

Para termos UM SPN PRESENTE e para que os professores possam SENTIR O SINDICATO NAS ESCOLAS, propomos 9 compromissos:

I – Compromisso com os eixos reivindicativos da acção da FENPROF, aprovados no seu 10º congresso, para o triénio 2010/2013.

A nossa orientação para a política reivindicativa dos professores é aquela que está vertida na resolução da acção reivindicativa do 10º Congresso da FENPROF, pelo que pugnaremos:
- pela Defesa da Escola Democrática;
- pela melhoria dos Estatutos de Carreira dos Docentes da Educação Pré-escolar, dos Ensinos Básico e Secundário e da Educação Especial, do Ensino Superior e da Investigação Científica;
- contra os retrocessos nas carreiras, a precarização dos vínculos e a desvalorização dos salários;
- por horários de trabalho adequados;
- pelo combate à precariedade e pelos concursos;
- contra as constantes alterações ao regime de aposentação;
- pelo direito à formação contínua dos professores e educadores;
- contra o modelo de direcção e gestão das escolas e agrupamentos antidemocrático;
- pela regionalização, contra a municipalização e por uma reorganização da rede escolar que atenda às realidades locais;
- por uma requalificação do parque escolar que dote as autarquias dos recursos necessários e que devolva o património da empresa Parque Escolar ao Estado;
- pela Escola Inclusiva;
- pela universalização da Educação Pré-escolar, pela obrigatoriedade de frequência de todas as crianças no ano que antecede a entrada no 1º ciclo do ensino básico e pela convergência organizacional e de funcionamento deste sector com o 1º ciclo;
- por uma profunda revogação do 1º Ciclo do Ensino Básico que consagre a constituição de equipas educativas, a organização de verdadeiras actividades de ocupação dos tempos livres após o horário lectivo, pela redução da componente de trabalho lectivo no horário dos professores, pela criação de condições para que as tarefas administrativas sejam realizadas por trabalhadores não docentes do agrupamento, por uma reorganização dos departamentos curriculares reduzindo a sua dimensão e pela colocação de um número adequado de assistentes operacionais em todas as escolas;
- por um Ensino Superior onde sejam corrigidos os fortes cortes orçamentais infligidos às instituições, pela denúncia dos efeitos negativos do Processo de Bolonha, pelo combate à constituição de fundações, pela estabilidade contratual e pelos direitos de carreira integrados nas fundações já existentes e, no Ensino Superior Particular e Cooperativo, pela aprovação de um instrumento regulador da situação profissional e de carreira dos docentes e investigadores;
- por um Ensino Profissional e Qualificante com currículos valorizados, sem indefinição e insuficiência de financiamento, com recurso a uma carreira profissional, de modo a dar às designadas Novas Oportunidades a importância que não tem tido;
- por um alargamento da Escolaridade Obrigatória só possível se acompanhado por um investimento que contemple um reforço significativo de verbas para a Acção Social escolar, a criação de quadros de Educação especial no Ensino Secundário e op reforço dos que já existem no Básico, uma profunda reorganização curricular, envolvendo todos os níveis e ciclos de ensino, a valorização das vias

tecnológica, profissional e artística, a dignificação e a valorização dos recursos humanos e o reforço dos quadros das escolas e agrupamentos, que deverão adequar-se às suas reais necessidades, a oferta universal e frequência obrigatória da Educação Pré-escolar pelas crianças no ano anterior à sua entrada na escola;
- por um Ensino Particular e Cooperativo com um Contrato Colectivo de trabalho que dignifique a carreira com salários valorizados e horários de trabalho ajustados às exigências da profissão, por um Ensino Profissional Privado com um Contrato Colectivo de Trabalho específico que preveja regras relativas aos horários de trabalho, organização das diversas componentes da função docente e as condições de progressão na carreira, e ainda, no que se refere a este subsector de ensino, por um modelo de financiamento que atenue as suas enormes dificuldades de funcionamento, pela exigência de fiscalização do financiamento público das IPSS e Misericórdias e pela negociação de soluções da carreira que satisfaçam as necessidades de valorização e dignificação da carreira dos docentes que exerçam actividade nestas instituições;
- por um Ensino Português no Estrangeiro integrado numa política da Língua e da Cultura Portuguesas que garanta aos portugueses residentes no estrangeiro e aos seus descendentes o acesso à sua língua e cultura de origem e que passe a ser tutelado pelo Ministério da Educação;
- contra a Privatização do Ensino;
- por medidas que combatam o alargamento da Indisciplina e violência nas escolas;
- por uma política de acção social escolar que permita uma resposta social de qualidade da Escola Pública;
- pela alteração profunda do disposto na Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, para defesa dos direitos sindicais.

II – Compromisso com a resolução aprovada no 7º Congresso dos Professores do Norte

Subscrevemos, na generalidade, as linhas de acção vertidas na proposta de resolução aprovada no 7º Congresso dos Professores do Norte:
- uma acção sindical dirigida à defesa dos direitos profissionais e sociais;
- defesa da Escola Pública;
- dignificação do Estatuto de carreira e das condições de exercício da profissão;
- um ensino superior público de qualidade.

III – Compromisso no envolvimento pleno de trabalho com a FENPROF

A FENPROF não é para o SPN uma mera federação que o SPN integra e onde participa. Não existe uma separação de identidade entre os sindicatos de professores que integram a federação nacional de professores e esta. Há uma identidade comum.
Assim sendo, o SPN deve assumir:
- uma participação activa no processo de decisão da federação;
- as tarefas que lhe couberem;
- as orientações entretanto aprovadas;
- a ligação local de trabalho / federação e vice-versa.

IV – Compromisso com a melhoria do trabalho sindical na escola

O problema com o qual hoje nos defrontamos é o que fazer e como fazer sindicalismo docente no Norte, num quadro em que a precariedade está a crescer, os professores consomem todo o seu tempo na escola, com menos sócios, delegados e dirigentes, com uma exigente luta social, que exige respostas rápidas e mobilizadoras. Como conjugar o apoio aos sócios e a prestação de serviços com a reflexão e a acção político-sindical?
Na ligação às escolas e aos professores a imprensa sindical, a propaganda, a página electrónica, o correio electrónico são meios complementares, mas de importância crescente, à acção sindical nas escolas.
Em tempos de redução de dirigentes, de créditos sindicais, de dificuldades na eleição de delegados sindicais, é tentador inverter os papéis do que é essencial e do que é complementar, mas a nossa matriz é de acção e de intervenção e não se compadece com sindicalismo de representação ou de gabinete.
E como fazer trabalho sindical nas escolas, num quadro de redução de dirigentes, de delegados e de créditos sindicais?
- Desde logo temos de aproveitar plenamente todos os quadros sindicais disponíveis!
- Assumir, como ponto de honra a intervenção sindical na própria escola, por parte de cada dirigente, independentemente das responsabilidades atribuídas.
- Dar prioridade à redução parcial, em vez da redução a tempo inteiro (estas só se justificam para quem tenha responsabilidades no âmbito nacional da FENPROF).
- Valorizar o papel do dirigente ou activista aposentado, do dirigente sem redução, do delegado e do activista sindical.
- Assegurar o maior número possível de reuniões de escola, diversificando formatos – reunião formal de agrupamento, reuniões informais nos intervalos, antes ou pós conselhos de docentes, etc..

V – Compromisso com o fortalecimento da estrutura sindical

Para dar a resposta que se exige, o SPN tem de se voltar para a sua própria estrutura - dirigentes, delegados e activistas. Temos de retomar o sentimento de pertença . Este é o nosso sindicato. Temos de o acarinhar e de o projectar para os professores, as comunidades educativas e a sociedade em geral.
Isto exige que estreitemos os laços sindicais entre os membros da estrutura, que apostemos na formação sindical, que promovamos a reflexão e o debate colectivo.
Há que recuperar o velho hábito de, regularmente – duas a três vezes por ano lectivo - promover jornadas sindicais, encontros de professores, jornadas pedagógicas, seminários, etc., tanto no plano central como distrital, em formatos mais leves, possibilitando assim um baixo custo.
Outra iniciativa a recuperar seria a realização de reuniões de direcção descentralizadas pelos distritos e a coordenação garantir a sua participação em, pelo menos, uma reunião de direcção distrital por ano.
Para dar resposta a todas estas frentes de trabalho, num quadro de contenção de recursos financeiros e de pessoal, há que promover uma economia de esforços e custos. Os serviços do nosso sindicato ainda estão feitos para recursos humanos que já não possuímos.
Promover um debate profundo de modo a proceder a uma reestruturação do funcionamento do SPN. Definir áreas-chave, seus responsáveis, o papel de cada um, o que cabe aos dirigentes, o que cabe aos funcionários.

VI – Compromisso para criação de uma política de informação integrada

Hoje o protagonismo da FENPROF é uma realidade e uma necessidade, tendo em conta a conjuntura político-sindical e o papel principal que tem desempenhado. Ocupa praticamente todo o espaço público mediático sindical da Educação, não restando muito espaço para os sindicatos.
Assim, o SPN deve procurar projectar-se através do trabalho nas escolas, da acção político-sindical junto das estruturas regionais do Ministério da Educação, Autarquias, Pais e Encarregados de Educação e demais agentes educativos locais e regionais e através de uma política comunicacional estruturada que englobe a revista SPN Informação, a página electrónica, o correio electrónico e a propaganda sindical.
Para alimentar estes canais de informação não chega só o material produzido pela FENPROF, é necessário que o SPN produza os seus próprios documentos, comunicados, tomadas de posição

que dêem substância à orientação político-sindical do SPN.
De modo a possibilitar uma política comunicacional integrada é fundamental que seja criada uma coordenação única para os diversos canais informativos do sindicato, seleccionando conteúdos de acordo com os destinatários e público de cada canal informativo.

VII – Compromisso para melhoria do funcionamento do contencioso

Os serviços do contencioso são outra área sensível do sindicato. O litígio tem aumentado nos últimos anos e não se prevê que diminua no futuro próximo. Existem muitos sócios que durante a sua vida profissional só recorrem uma única vez a este serviço.
Torna-se pois essencial que quando a ele recorram, que é sempre num momento de fragilidade pessoal, o sindicato esteja à altura, seja para uma reclamação, para um recurso hierárquico, para uma acção judicial, ou para uma consulta de aconselhamento jurídico.
De modo a procurar não sobrecarregar este serviço, é importante, pelo menos ao nível das reclamações, disponibilizar minutas e criar uma base de dados. Este trabalho pode e deve ser concertado com a FENPROF de modo a não duplicar tarefas.
Os manuais de sobrevivência dos contratados são um exemplo bem sucedido deste tipo de soluções. Mas, no nosso sindicato, com uma área geográfica tão vasta, justificava-se a deslocação periódica de um advogado aos Distritos mais afastados do Porto.

VIII – Compromisso para a manutenção das delegações sindicais

Uma outra linha fundamental a ter em conta é o apoio prestado àqueles que sustentam o nosso sindicato, os sócios do SPN. Ultimamente, por força da diminuição dos créditos sindicais, os serviços do SPN já só prestam serviços de informação aos sócios. É aqui, nos serviços prestados nas delegações e na sede central, que está a prioridade. Os outros serviços – seguros, descontos em empréstimos, propinas e aquisição de bens e serviços – assumem um carácter complementar.
É necessário manter todas as delegações em funcionamento, o que exige a manutenção de um corpo de funcionários que possibilite a rede de delegações que hoje dispomos. Além disso, até pelos constrangimentos existentes, é necessário definir um mapa de apoio de dirigentes a esta tarefa, ainda que, no caso de algumas delegações, tenha de ser feito em horário parcial.

IX – Compromisso para a militância sindical activa

Os nossos candidatos têm provas dadas como dirigentes, como delegados, como activistas. São sindicalistas que estiveram nas lutas dos últimos anos que estão nas lutas de hoje e que, independentemente do resultado do 26 de Maio, vão estar nas lutas do futuro.
Os tempos difíceis que aí vêm assim o exigem!
Pensamos ser esta a via certa para termos um sindicalismo com identidade própria, com existência de facto, com trabalho junto das escolas e dos professores do norte, aquilo que o nosso lema traduz: **UM SPN PRESENTE – SENTIR O SINDICATO NAS ESCOLAS.**

www.sentirosindicatonasescolas.org

A

Distrito de Aveiro

Delegações de S. João da Madeira e Santa Maria da Feira: 9h-19h

Escolas: 11h30-16h30, com as excepções indicadas

Arouca
- EB2/3 Arouca
- EB2/3 Escariz - Arouca

Espinho
- ES/3 Manuel Gomes de Almeida (11h30-15h30)

Oliveira de Azeméis
- ES/3 Soares Basto - Oliveira de Azeméis

Ovar
- EB2,3 António Dias Simões (11h30-15h30)
- ES/3 Esmoriz (11h30-15h30)

Santa Maria da Feira
- EB2,3 Fernando Pessoa (13h30-16h30)
- EB2,3 Arrifana (13h30 -16h30)
- EB2,3 Lourosa
- EB2,3 Paços de Brandão

S. João da Madeira
- ES/3 Serafim Leite

Vale de Cambra
- ES/3 Vale de Cambra

Distrito de Braga

Delegações de Braga, Guimarães e V.N. Famalicão: 9h-19h

Escolas:

Amares
- EB2,3 Amares (10h-15h30)
- ES/3 Amares (10h-15h30)

Barcelos
- ES/3 Barcelos (10h-15h30)
- ES/3 Alcaides de Faria (10h-15h30)
- EB2,3 Lijó (10h-15h30)

Braga
- EB2,3 Gualtar (10h-15h30)
- EB 2,3 Cabreiros (10h-15h30)
- EB2,3 Lamaçães (10h-15h30)
- EB2,3 Palmeira (10h-15h30)
- EB2,3 Real (10h-15h30)
- EB2,3 D. Frei Caetano Brandão (10h-15h30)
- Conservatório Calouste Gulbenkian (10h-15h30)
- ES/3 Alberto Sampaio (10h-15h30)
- ES/3 Carlos Amarante (10h-15h30)

Celorico de Basto
- EB2,3/S Celorico de Basto (10h-15h)

Esposende
- ES/3 Henrique Medina (10h-13h45)
- EBI Apúlia (12h-14h)

Fafe
- ES/3 Fafe (10h-17h)
- EB 2,3 Montelongo (10h-15h30)

Guimarães
- ES/3 Francisco de Holanda (11h30-14h30)
- ES/3 Martins Sarmento (10h-15h30)
- EB2,3 Moreira de Cónegos (9h30-16h30)
- EB2,3 Fernando Távora (9h50-15h)
- EB2,3 Santos Simões (10h-16h55)
- EB2,3 D. Afonso Henriques (9h50-15h)
- EB2,3 Taipas (10h-15h30)

Póvoa de Lanhoso
- EB2,3 Prof. Gonçalo Sampaio (10h-15h30)

Vieira do Minho
- EBI Monsenhor Elísio Araújo (10h-15h30)
- EB2,3 Prado (10h-15h30)
- EB2,3 Vila Verde (10h-15h30)
- ES/3 Vila Verde (10h-15h30)

Vila Nova de Famalicão
- ES/3 D. Sancho I (10h-15h30)
- EBI Arnoso - Santa Maria (10h-13h30)

Vizela
- ES/3 Vizela (10h-17h30)
- EB2,3 Infias (10h-13h20)
- EB2,3 Infias (15h15-16h50)

Distrito de Bragança

Delegações de Bragança e Mirandela: 9h-19h

Escolas (10h-12h30, com as excepções indicadas):

Bragança
- EB2,3 Paulo Quintela
- EB2,3 Augusto Moreno (10h-17h)
- Centro Escolar Santa Maria (10h-12h)
- ES/3 Emídio Garcia
- ES/3 Abade de Baçal
- EB1, 2 3 Izeda
- ES/3 Miguel Torga

Carrazeda de Ansiães
- EB2,3/S Carrazeda de Ansiães (10h-13h30)

Macedo de Cavaleiros
- EB2,3 Macedo de Cavaleiros (10h-17h)
- Centro Escolar 1 Macedo de Cavaleiros (10h-12h)

Miranda do Douro
- EB2,3/S Miranda do Douro
- EB2,3 Sendim

Mirandela
- ES/3 Mirandela (10h30-16h)

Mogadouro
- EB2,3/S Mogadouro
- EB1 Mogadouro

Torre de Moncorvo
- EB2,3/S Torre de Moncorvo (10h-13h30)

Vila Flor
- EB2,3/S Vila Flor (10h-13h30)

Vimioso
- EB2,3 Vimioso

Vinhais
- EB2,3/S Vinhais

Distrito do Porto

Sede, no Porto, e delegações de Amarante, Penafiel e Póvoa de Varzim: 9h-19h

Escolas:

Amarante
- EB2,3 Amarante (9h30-12h30)
- ES/3 Amarante (10h-13h)
- EB2,3 Vila Caís (14h-17h)
- EB2,3 Telões (14h-17h)

Baião
- EB2,3/S Baião (10h-13h)
- EB2,3 Stª Marinha do Zêzere - Baião (13h-15h)

Felgueiras
- EB2,3 Felgueiras (10h-13h)
- ES/3 Felgueiras (11h45-15h30)
- EB2,3 Lagares (10h-13h)
- EB2,3 Airães (10h-13h)
- EB2,3 Idães (10h-12h)
- EB2,3 Idães (14h-16h)
- ES/3 Lixa (10h30-13h)

Gondomar
- EB2,3 Gondomar (11h-15h)
- ES/3 Rio Tinto (12h-16h)
- ES/3 Valbom (11h-15h)

Lousada
- EB2/3 Lousada (9h30-14h45)

Maia
- EB2/3 Maia (10h-15h)
- ES/3 Águas Santas (10h-15h)
- EB2,3 Pedrouços (10h-15h)
- EB2,3 Gueifães (10h-15h)
- EB2,3 Castelo da Maia (10h-15h)

Marco de Canaveses
- EB2,3 Marco Canaveses (9h-12h)
- ES/3 Marco de Canaveses (12h-17h)
- EB2,3 Toutosa (10h-13h)
- EB2,3 Sande (14h-16h)
- EB2,3 Alpendorada (14h-16h)

Matosinhos
- EBI/JI Matosinhos (10h-15h)
- EB2,3 Leça da Palmeira (10h-15h)
- EB2,3 Perafita (10h- 15h)
- EB2,3 Custóias (10h- 15h)

Paços de Ferreira
- EB2,3 Paços de Ferreira (10h-16h)

Paredes
- EB2,3 Paredes (9h45-17h)

Porto
- EB2,3 Irene Lisboa (10h-15h)
- EB2,3 Ramalho Urtigão (11h-14h)
- ES/3 Alexandre Herculano (11h-14h)
- EB2,3 Fontes Pereira de Melo (10h-15h)

Póvoa de Varzim
- EB2,3 Dr. Flávio Gonçalves (9h45-17h15)
- EB2,3 Cego do Maio (10h-13h)
- EB2,3 A-ver-o-Mar (10h-13h30)
- EB2,3 Rates (11h45-15h15)
- ES/3 Rocha Peixoto (11h30-15h30)
- ES/3 Eça de Queirós (10h-15h30)

Santo Tirso
- EB2,3 S. Rosendo (11h-15h)

Trofa
- ES/3 Trofa (11h-15h)
- EB2,3 S. Romão do Coronado (11h-15h)

Valongo
- ES/3 Valongo (11h-15h)
- ES/3 Ermesinde (11h-15h)
- EB2,3 Alfena (11h-15h)

Vila do Conde
- EB2,3 Júlio Saúl Dias (9h45-17h)
- EB1/JI Caxinas (10h-15h30)
- EB2,3 Frei João (10h-15h30)
- ES/3 José Régio (11h30-15h30)

Vila Nova de Gaia
- ES/3 Canelas (10h-15h)
- ES/3 António Sérgio (10h-15h)
- ES/3 Inês de Castro (13h30-15h30)
- EB2,3 Sofia de Mello Breyner (10h-15h)
- EB2,3 Oliveira do Douro (11h-15h)
- EB2,3 Grijó (10h-15h)

Distrito de Viana do Castelo

Delegações de Viana do Castelo e Monção: 9h-19h

Escolas:

Arcos de Valdevez
- EB2,3/S Arcos Valdevez (9h30-12.h30)

Caminha
- EB 2,3/S Caminha (9h-16h)
- Ancorensis, V.P. Âncora (14h-16h30)

Melgaço
- EB2,3/S Melgaço (9h30-12h30)

Paredes de Coura
- EB2,3/S Paredes Coura (9.30h-11h)

Ponte da Barca
- EBS Diogo Bernardes (10h-11h)

Ponte de Lima
- ES/3 Ponte de Lima (11h-15h)

Valença
- EB2,3 Valença (9h30 - 12h30)

Viana do Castelo
- ES Monserrate (15h-18h)
- EB 2,3/S Lanheses (14h-17h)

Distrito de Vila Real

Delegações de Vila Real e Chaves: 9h-19h

Escolas: 9h45-16h30, com as excepções indicadas

Chaves
- EB2/3 Nadir Afonso (10h-16h)
- ES/3 Francisco Gonçalves Carneiro (10h-16h)

Mondim de Basto
- EB2,3/S Mondim de Basto

Murça
- EB2,3/S Murça

Peso da Régua
- EB2,3 Peso da Régua

Valpaços
- EB2/3 Júlio do Carvalhal (10h-16h)

Vila Pouca de Aguiar
- EB2,3 Vila Pouca de Aguiar

Vila Real
- EB2,3 Diogo Cão
- EB2,3 Mons. Jerónimo do Amaral